

I – TERMO DE USO

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PODA OU REMOÇÃO DE ÁRVORE LOCALIZADA EM ÁREA PÚBLICA OU PRIVADA

Histórico de Revisões

Data	Versão
Jun/2024	1.0
Nov/2025	2.0

1. DA CIÊNCIA DO TERMO DE USO:

O presente termo de uso se refere a um instrumento firmado entre o usuário e o fornecedor deste serviço, a Fundação Parques e Jardins do Município do Rio de Janeiro, com sede localizada no Campo de Santana, s/nº – Centro, Rio de Janeiro – RJ.

A apresentação de solicitação de autorização para poda ou remoção de árvore localizada em área pública ou privada está condicionado à ciência dos termos e dos avisos associados. O usuário deverá ler tais termos e avisos, certificar-se de havê-los entendido, estar consciente de todas as condições estabelecidas no termo de uso e se comprometer a cumpri-las.

Ao utilizar o serviço, o usuário manifesta estar ciente em relação ao conteúdo deste termo de uso e estará legalmente vinculado a todas as condições aqui previstas.

2. DEFINIÇÕES DO TERMO DE USO:

Para os fins deste Termo de Uso, são aplicáveis as seguintes definições:

- a) Agente público: Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta.

- b) Agentes de Estado: Inclui órgãos e entidades da Administração pública além dos seus agentes públicos.
- c) Códigos maliciosos: São qualquer programa de computador, ou parte de um programa, construído com a intenção de provocar danos, obter informações não autorizadas ou interromper o funcionamento de sistemas e/ou redes de computadores.
- d) Sítios e aplicativos: Sítios e aplicativos por meio dos quais o usuário acessa os serviços e conteúdos disponibilizados.
- e) Terceiro: Pessoa ou entidade que não participa diretamente em um contrato, em um ato jurídico ou em um negócio, ou que, para além das partes envolvidas, pode ter interesse num processo jurídico.
- f) Internet: Sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes.
- g) Usuários: Todas as pessoas naturais que utilizarem o serviço de solicitação de autorização para poda ou remoção de árvore localizada em área pública ou privada.
- h) Áreas públicas: os bens de uso comum do povo, de livre acesso, tais como: logradouros públicos, praças, parques e praias.
- i) Áreas privadas: todas as áreas não públicas ou prédios públicos com acesso restrito ou controlado.
- j) Credenciado: empresa ou profissional das áreas de engenharia agrônoma, florestal e de biologia (com especialidade em botânica) credenciado na Fundação Parques e Jardins para executar serviços de plantio, poda, remoção ou transplante de espécies vegetais.
- k) Medida compensatória: plantio de mudas de árvores destinado a compensar impacto ambiental negativo da remoção de árvores ou vegetação na forma da legislação vigente.
- l) Poda: retirada seletiva de galhos secos, danificados ou indesejáveis de uma árvore ou ainda a retirada de frondes das palmáceas, a fim de se alcançarem objetivos técnicos específicos.
- m) Remoção: ação de retirada total de uma árvore do local onde se encontra. Sinônimo de “supressão” ou “derrubada”.
- n) Replante: ação de plantio de espécime(s) arbóreo(s) no mesmo imóvel onde foi autorizada a remoção de outro(s), visando a sua substituição

o) Transplanto: remoção e transporte de espécime arbóreo de seu local de origem, para replantio em local adequado, sob orientação e condições técnicas específicas, com o objetivo de mantê-lo vivo e apto a desenvolver-se normalmente.

3. ARCABOUÇO LEGAL:

O arcabouço legal aplicável ao serviço de solicitação de autorização para poda/remoção de árvore localizada em área pública ou privada compreende os seguintes atos legislativos e normativos:

a) Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

b) Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.

c) Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

d) Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

e) Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021 – Princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital.

f) Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012 - Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos.

g) DECRETO RIO nº 49.558, de 06 de Outubro de 2021 - Estabelece o Programa Municipal de Proteção de Dados no âmbito do Poder Executivo Municipal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

h) DECRETO RIO Nº 53.700 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2023 - Institui a Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.

i) Resolução CVL Nº 216, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023 - Regulamenta as diretrizes da Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito do Poder Executivo Municipal.

- j) Resolução SEGOVI Nº 91, DE 1º DE AGOSTO DE 2022 - Regulamenta o Programa de Governança em Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais - PGPPDP.
- k) DECRETO RIO Nº 47.635, DE 17 DE JULHO DE 2020 – Institui o Carioca Digital como o Portal de Serviços Públicos e dispõe sobre a oferta de serviços públicos digitais, no âmbito do Município do Rio de Janeiro, e dá outras providências.
- l) DECRETO RIO Nº 53.560, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2023 – Regulamenta o peticionamento eletrônico realizado por usuário externo, através do Portal de Serviços da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, altera o Decreto nº 2.477, de 25 de janeiro de 1980, e dá outras providências.
- m) Lei Nº 691, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1984 – Estabelece o Código Tributário do Município do Rio de Janeiro.
- n) Lei Nº 6.852, DE 15 DE JUNHO DE 2021 – Dispõe sobre o replantio e árvores caídas e retiradas no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- o) DECRETO Nº 28.328, DE 17 DE AGOSTO DE 2007 – Estabelece a necessidade de credenciamento para a execução dos serviços de plantio, poda e remoção de espécies arbóreas em áreas públicas e dá outras providências.
- p) DECRETO Nº 28.981, DE 31 DE JANEIRO DE 2008 – Dispõe pela conservação, manutenção e reformas de todos os canteiros, praças e parques na forma que menciona.
- q) DECRETO Nº 42.838, DE 18 DE JANEIRO DE 2017 – Aprova a Consolidação das Leis Tributárias e vigor no Município do Rio de Janeiro.
- r) Resolução SMAC N 613, DE 15 DE JUNHO DE 2016 – Regulamenta a aplicação da NBR 16246-1: “Florestas urbanas – Manejo de árvores, arbustos e outras plantas lenhosas – Parte 1: Poda” no âmbito do Município do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- s) Resolução Conjunta SMDEIS/SMAC Nº 02, DE 09 DE MARÇO DE 2021 – Estabelece modelo de termo de compromisso para a execução de medida compensatória, relativa à remoção autorizada de vegetação.
- t) Resolução Conjunta SMDEIS/SMAC Nº 03, DE 09 DE MARÇO DE 2021 – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nos casos de autorização para remoção de vegetação (ARV) e dá outras providências.
- u) Portaria Normativa FPJ Nº 94, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2011 –

Estabelece novas diretrizes para o credenciamento exigido através do Decreto nº 28.328/07.

v) Portaria FPJ Nº 136, DE 17 DE JULHO DE 2018 – Estabelece procedimentos para análise técnica visual de espécimes arbóreos, situados e áreas públicas e privadas, nas solicitações de remoção, poda e transplante e dá outras providências.

w) Portaria FPJ Nº 001, DE 28 DE AGOSTO DE 2025 – Dispõe sobre o recebimento de solicitações e requerimentos dirigidos à Fundação Parques e Jardins e dá outras providências.

x) Portaria FPJ Nº 004, DE 01 DE OUTUBRO DE 2025 – Estabelece diretrizes para o credenciamento exigido através do Decreto nº 28.328, de 17 de agosto de 2007, e dá outras providências.

4. DESCRIÇÃO:

4.1. Nome do serviço: Solicitação de autorização para poda ou remoção de árvore localizada em área pública ou privada.

4.2. Nome do órgão ou da entidade municipal responsável pelo serviço de serviço: **FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS-FPJ.**

4.3. Descrição e objetivos do serviço: O procedimento se inicia com o preenchimento do formulário disponível no sítio eletrônico do Portal Carioca Digital (www.carioca.rio), através do qual irá providenciar a reunião da documentação e informações mínimas para caracterizar seu interesse na obtenção de autorização para poda ou remoção de árvore localizada em área pública ou privada.

O requerimento será registrado na forma de um processo administrativo, no qual ficarão armazenadas as informações encaminhadas para verificação do atendimento dos requisitos legais, através do qual será indicado um técnico da Diretoria de Arborização da Fundação Parques e Jardins a fim de providenciar a realização de análise acerca das condições da árvore, considerando as características da espécie e do local, acaso não tenha sido instruído com um relatório técnico anterior.

Uma vez elaborado o relatório técnico de vistoria (RTV), será preenchida minuta de autorização para proceder com a execução do serviço solicitado, com respectiva aplicação da medida compensatória cabível visando o reestabelecimento da cobertura vegetal suprimida, se for o caso, cujos

cumprimentos ficarão a cargo do particular-requerente.

5. DIREITOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO:

De acordo com a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, são direitos básicos do usuário:

- 5.1. Participação no acompanhamento da prestação e na avaliação dos serviços;
- 5.2. Obtenção e utilização dos serviços com liberdade de escolha entre os meios oferecidos e sem discriminação;
- 5.3. Acesso e obtenção de informações relativas à sua pessoa constantes de registros ou bancos de dados, observado o disposto no inciso X do caput do art. 5º da Constituição Federal e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- 5.4. Proteção de suas informações pessoais, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- 5.5. Atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; e
- 5.6. Obtenção de informações precisas e de fácil acesso nos locais de prestação do serviço, assim como sua disponibilização na internet, especialmente sobre:
 - a) horário de funcionamento das unidades administrativas;
 - b) serviços prestados pelo órgão ou entidade, sua localização exata e a indicação do setor responsável pelo atendimento ao público;
 - c) acesso ao agente público ou ao órgão encarregado de receber manifestações;
 - d) situação da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado; e
 - e) valor das taxas e tarifas cobradas pela prestação dos serviços, contendo informações para a compreensão exata da extensão do serviço prestado.

6. RESPONSABILIDADES DO USUÁRIO:

- 6.1 - O usuário se responsabiliza pela precisão e pela veracidade dos dados

informados e reconhece que a inconsistência deles poderá implicar a impossibilidade de efetuar a avaliação necessária à emissão de autorização de poda ou remoção de árvore em área pública ou privada.

6.2 - Durante a utilização do serviço, a fim de resguardar e de proteger os direitos de terceiros, o usuário se compromete a fornecer somente seus dados pessoais, e não os de terceiros.

6.3 - O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido após o ato de compartilhamento.

6.4 - O usuário do serviço é responsável pela atualização dos seus dados pessoais e pelas consequências em caso de omissão ou erros nos dados fornecidos.

6.5 - O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários; de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

6.6 - A Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- a) Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- b) Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
- c) Proteção do computador;
- d) Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
- e) Abuso de uso dos computadores dos usuários;
- f) Monitoração clandestina do computador dos usuários;
- g) Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
- h) Perímetro inseguro.

6.7 - Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Municipal do Rio de Janeiro será responsável pela instalação, no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit,

ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

7. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO:

A Administração Pública Municipal se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

É de responsabilidade da Administração Pública Municipal implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Administração Pública Municipal poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam o Serviço ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública Municipal notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

8. POLÍTICA DE PRIVACIDADE:

8.1 – A Política de Privacidade estabelecida pela Fundação Parques e Jardins e utilizada no serviço de solicitação de poda ou remoção de árvores localizadas em área pública ou privada trata da utilização de dados pessoais.

Essa política e faz parte de forma inerente do presente Termo de Uso, ressaltando-se que os dados pessoais mencionados por esse Serviço serão tratados nos termos da legislação em vigor.

8.2 - Para mais informações acesse nosso aviso de privacidade contida no ANEXO I deste instrumento.

9. INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

Em caso de dúvidas relacionadas ao serviço de solicitação de poda ou remoção de árvores localizadas em área pública ou privada, entre em contato através dos nossos canais de atendimento:

- E-mail: protocolodarb.fpj@prefeitura.rio
- Tel. (21) 2224-8088
- Horário de atendimento: dias úteis, 09:00h às 17:00h

10. MUDANÇAS:

10.1. A presente versão 2.0 deste instrumento foi atualizada pela última vez em: Outubro de 2025.

10.2. O editor se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço de solicitação de poda ou remoção de árvores localizadas em área pública ou privada, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

10.3. Qualquer alteração e/ou atualização neste instrumento passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

11. FORO:

11.1. Este instrumento será regido pela legislação brasileira. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

ANEXO I – AVISO DE PRIVACIDADE

Histórico de Revisões

Data	Versão
Jun/2024	1.0
Out/2025	2.0

Este Aviso de Privacidade foi elaborado em conformidade com o Marco Civil da Internet e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

A aplicação deste Aviso será pautada pelo dever de boa-fé e pela observância dos princípios previstos no art. 6º da LGPD dentre eles, o da finalidade, da adequação, da necessidade, do livre acesso; da qualidade dos dados, da transparência, da prevenção, da não discriminação e o da responsabilização e da prestação de contas.

1. DEFINIÇÕES:

Para melhor compreensão deste documento, neste Aviso de Privacidade, consideram-se:

- a) **Dado Pessoal:** Informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.
- b) **Titular:** Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- c) **Dado Pessoal Sensível:** Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
- d) **Agentes de tratamento:** O controlador e o operador. Os indivíduos subordinados ou vinculados, como os funcionários, os servidores públicos ou as equipes de trabalho de um órgão ou de uma entidade, que atuam sob o poder diretivo do agente de tratamento não serão considerados como controladores ou operadores;
- e) **Controlador:** órgão da Administração Direta ou entidade da Administração Indireta, do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, a quem compete as

principais decisões relativas aos elementos essenciais para o cumprimento da finalidade do tratamento de dados pessoais, bem como a definição da natureza dos dados pessoais tratados e a duração do tratamento;

f) **Controladoria Conjunta:** determinação conjunta, comum ou convergente, por dois ou mais controladores, das finalidades e dos elementos essenciais para a realização do tratamento de dados pessoais, por meio de acordo que estabeleça as respectivas responsabilidades quanto ao cumprimento da LGPD;

g) **Operador:** Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

h) **Suboperador:** contratado pelo operador para auxiliá-lo a realizar o tratamento de dados pessoais em nome do controlador, podendo ser equiparado ao operador perante a LGPD em relação às atividades que foi contratado para executar, no que se refere às responsabilidades;

i) **Encarregado:** pessoa indicada, mediante ato formal, pelo controlador e pelo operador, cujas identidade e informações de contato estarão divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador e do operador, sendo responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, o operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

j) **Anonimização:** Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

k) **Dado Anonimizado:** Dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

l) **Autoridade Nacional:** Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

m) **Banco de Dados:** Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico.

n) **Consentimento:** manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada, não sendo a única nem a principal base legal possível para viabilizar o tratamento de dados pessoais.

o) **Incidente de segurança com dados pessoais:** qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda,

alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do titular dos dados pessoais

p) Órgão de Pesquisa: Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, legalmente constituída sob as leis brasileiras e com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico.

q) Transferência Internacional de Dados: Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.

r) Tratamento: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

s) Uso Compartilhado de Dados: Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

2. BASE LEGAL PARA TRATAMENTO:

O tratamento de dados pessoais é realizado com base no art. 7º, incisos II, III, IV e IX, ou art. 11, inciso II, alíneas “a”, “b” e “c” da 14 da LGPD e se limitam ao cumprimento das finalidades descritas no item 8 deste Aviso de Privacidade.

3. CONTROLADOR:

3.1 - Nome do Controlador: FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - FPJ

3.2 - Endereço do Controlador: Praça da República, s/nº - Campo de Santana – Centro, Rio de Janeiro – RJ

3.3 - Endereço eletrônico do Controlador: <https://parquesejardins.prefeitura.rio/>

3.4 - Telefone para contato: (21) 2224-8088

| 4. OPERADOR:

4.1 - Nome do Operador: DIRETORIA DE ARBORIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS – FPJ/PRE/DARB

4.2 - Endereço do Operador: Praça da República, s/nº - Campo de Santana – Centro, Rio de Janeiro – RJ

4.3 - Endereço eletrônico do Operador: <https://parquesejardins.prefeitura.rio/>

4.4 - Telefone para contato: (21) 2224-8088

4.5 - Nome do encarregado de dados do Controlador: Elialberto Menezes Santiago

4.5.1 - E-mail do encarregado de dados do Controlador: lgpd.fpj@prefeitura.rio

4.5.2 - Telefone do encarregado de dados do Controlador: (21) 2224-8088

| 5. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS:

O titular de dados pessoais possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei nº 13.709/2018):

a) Direito de confirmação e acesso (Art. 18, incisos I e II): é o direito do titular de dados de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.

b) Direito de retificação (Art. 18, inciso III): é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

c) Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, inciso IV): é o direito do titular de dados de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) Direito de oposição (Art. 18, § 2º): é o direito do titular de dados de, a qualquer momento, opor-se ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

e) Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20): o titular

dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

6. QUAIS DADOS PESSOAIS SÃO TRATADOS:

A utilização de determinadas funcionalidades do serviço pelo titular de dados pessoais dependerá do tratamento dos seguintes dados pessoais:

- a) Nome completo;
- b) Numero de inscrição no CPF ou CNPJ;
- c) RG;
- d) Contrato Social da sociedade empresária;
- e) Endereço;
- f) Número de telefone;
- g) Endereço de e-mail;
- h) Nome completo do representante legal, se houver;
- i) Cópia da ata de eleição do síndico ou representante do condomínio, se houver;
- j) Cópia da escritura do imóvel ou IPTU;
- k) Comprovante de residência;

7. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS:

Os dados pessoais utilizados no serviço são coletados a partir de informações enviadas pelo usuário, com o preenchimento de formulário contendo a solicitação e descrição do fato, via e-mail ou fornecidos pessoalmente pelos interessados no protocolo do requerimento do serviço da Fundação Parques e Jardins, através do Portal Carioca Digital.

8. QUAL O TRATAMENTO REALIZADO E PARA QUAL FINALIDADE

DADO	TRATAMENTO	FINALIDADE
Nome completo	Armazenamento/Arquivamento/ Eliminação/Processamento/ Transferência/Transmissão/ Utilização	IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE
Número de inscrição no	Armazenamento/Arquivamento/	IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

CPF ou CNPJ	Eliminação/Processamento/ Transferência/Transmissão/ Utilização	
RG	Armazenamento/Arquivamento/ Eliminação/Processamento/ Transferência/Transmissão/ Utilização	IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE
Endereço	Armazenamento/Arquivamento/ Eliminação/Processamento/ Transferência/Transmissão/ Utilização	IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE
Comprovante de residência	Armazenamento/Arquivamento/Avaliação/ Eliminação/Processamento/ Transferência/Transmissão/ Utilização	ATESTAR PROPRIEDADE OU POSSE DO BEM PARA APRESENTAR A SOLICITAÇÃO
Número de telefone	Armazenamento/Arquivamento/ Eliminação/Processamento/ Transferência/Transmissão/ Utilização/Distribuição	COMUNICAÇÃO COM O SOLICITANTE
Endereço de e-mail	Armazenamento/Arquivamento/ Eliminação/Processamento/ Transferência/Transmissão/Utilização	COMUNICAÇÃO COM O SOLICITANTE
Contrato social da empresa	Armazenamento/Arquivamento/ Eliminação/Processamento/ Transferência/Utilização	IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE
Cópia da escritura do imóvel ou IPTU	Armazenamento/Arquivamento/ Eliminação/Processamento/ Transferência/Utilização	ATESTAR PROPRIEDADE OU POSSE DO BEM PARA APRESENTAR A SOLICITAÇÃO
Cópia da ata de eleição do síndico ou representante do condomínio	Armazenamento/Arquivamento/ Avaliação/Eliminação/Processamento/ Transferência/Utilização	ATESTAR AUTORIZAÇÃO PARA REPRESENTAR O SOLICITANTE

DEFINIÇÃO DE TIPOS DE TRATAMENTO:

- a) **ACESSO** - ato de ingressar, transitar, conhecer ou consultar a informação, bem como possibilidade de usar os ativos de informação de um órgão ou entidade, observada eventual restrição que se aplique;
- b) **ARMAZENAMENTO** - ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado;
- c) **ARQUIVAMENTO** - ato ou efeito de manter registrado um dado, embora já tenha perdido a validade ou esgotado a sua vigência;
- d) **AVALIAÇÃO** - analisar o dado com o objetivo de produzir informação;

- e) **CLASSIFICAÇÃO** - maneira de ordenar os dados conforme algum critério estabelecido;
- f) **COLETA** - recolhimento de dados com finalidade específica;
- g) **COMUNICAÇÃO** - transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados;
- h) **CONTROLE** - ação ou poder de regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado;
- i) **DIFUSÃO** - ato ou efeito de divulgação, propagação, multiplicação dos dados;
- j) **DISTRIBUIÇÃO** - ato ou efeito de dispor de dados de acordo com algum critério estabelecido;
- k) **ELIMINAÇÃO** - ato ou efeito de excluir ou destruir dado do repositório;
- l) **EXTRAÇÃO** - ato de copiar ou retirar dados do repositório em que se encontrava;
- m) **MODIFICAÇÃO** - ato ou efeito de alteração do dado;
- n) **PROCESSAMENTO** - ato ou efeito de processar dados visando organizá-los para obtenção de um resultado determinado;
- o) **PRODUÇÃO** - criação de bens e de serviços a partir do tratamento de dados;
- p) **RECEPÇÃO** - ato de receber os dados ao final da transmissão;
- q) **REPRODUÇÃO** - cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo;
- r) **TRANSFERÊNCIA** - mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro;
- s) **TRANSMISSÃO** - movimentação de dados entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos etc.;
- t) **UTILIZAÇÃO** - ato ou efeito do aproveitamento dos dados.

9. COMPARTILHAMENTO DE DADOS:

Os dados pessoais dos usuários poderão ser compartilhados entre os setores que compõem a estrutura organizacional da Fundação Parques e Jardins, cuja atividade exija que eles tenham o referido acesso, ressaltando-se que na análise do caso concreto poderão ser solicitadas outras informações, que podem compreender eventualmente dados sensíveis.

Além disso, os dados pessoais dos usuários também poderão ser compartilhados com as seguintes pessoas ou empresas: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima (SMAC), Controladoria-Geral do Município (CGM-Rio), Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM-Rio), operador que desenvolve o Aplicativo e o serviço de nuvem que armazena os dados, assim como para investigações judiciais, quando necessário.

Também poderá haver:

9.1 - Divulgação dos dados pela Imprensa Oficial do Município (Diário Oficial): Os dados pessoais inseridos em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, e, compartilhados com a Empresa Municipal de Artes Gráficas S/A – Imprensa da Cidade, visando à publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, tem como finalidade específica, como determina o artigo 26 da LGPD, a concretização dos princípios da publicidade (artigo 37, caput, da CF/88) e da transparência (arts. 5º, XXXIII, 37, § 3º, II e 216, § 2º da CF/88, regulamentados pela Lei 12.527/2011).

9.2 - Compartilhamento dos dados em processos físicos e digitais: Os dados pessoais tratados pela Administração Pública Municipal poderão ser inseridos em processos físicos ou processos virtuais, neste último caso inseridos no Processo.rio, para fins de tramitação de expediente administrativo, em cumprimento aos princípios do devido processo legal e da legalidade administrativa, além das obrigações legais constantes da Constituição Federal, da Lei Federal 9.784/99 e do Decreto Municipal 2.477/80, sendo o tratamento de dados pessoais inseridos nos processos administrativos realizados de acordo com a base legal constante do art. 7º, II, da LGPD.

| 10. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS:

Não haverá transferência internacional de dados pessoais.

| 11. SEGURANÇA DOS DADOS:

A Fundação Parques e Jardins empreenderá todos os esforços necessários para adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de perda, destruição, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado, ou ilícito bem como responder pelos danos decorrentes de violações de segurança aos dados pessoais.

Todos os seus dados são confidenciais e somente acessados por empregados públicos através de acesso individual aos sistemas devidamente protegidos por login e senha, impessoais e intransferíveis.

Sem prejuízo, o serviço se submete à Política de Segurança da Informação - PSI no âmbito do poder executivo municipal, constante do Decreto Rio nº 53.700, de 8 de dezembro de 2023, nos termos da Resolução CVL nº 216, de 15 de dezembro de 2023.

12. COOKIES:

Não serão utilizados cookies próprios ou de terceiros

13. TRATAMENTO POSTERIOR DOS DADOS PARA OUTRAS FINALIDADES:

Informações sobre Nome Completo, CPF, endereço de e-mail, endereço, número de telefone, RG, dentre outros, podem ser utilizados para melhoria contínua dos serviços e aprimoramento da experiência do usuário no âmbito dos requerimentos de autorização para remoção de árvores em áreas públicas e privadas, bem como para análise e orientação das políticas públicas voltadas para a promoção da arborização urbana.

14. MUDANÇAS:

A presente versão **2.0** deste instrumento foi atualizada pela última vez em: 06/11/2025.

A Fundação Parques e Jardins se reserva o direito de modificar no site, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do serviço de empréstimo de livros da Sala de Leitura, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação

daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização neste instrumento passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos usuários.

15. FORO:

Este instrumento será regido pela legislação brasileira. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.